

A dependência do que acontece no exterior (final)

Carlos R. Schneider (*)

Sendo ano eleitoral nos E U A , os gastos públicos têm-se expandido e tem havido novas colocações de títulos do governo no mercado. Além do mais, a valorização do dólar tem incentivado as importações americanas, provocando enorme déficit comercial. E também para atenuá-lo o governo tem procurado manter altos os juros internos, de modo a que o ingresso de novos capitais compense, do lado do balanço de pagamentos, os déficits na balança comercial. Portanto, são várias as razões para que não caiam as taxas de juros nos E U A .

Para contrabalançar os efeitos inflacionários dos juros elevados na sua economia, o governo justamente tem permitido a expansão do déficit comercial, através da importação, em grande escala, de insumos e máquinas, barateados com a alta do dólar.



E isto, por sua vez, tem ajudado o desempenho das exportações dos países endividados e influenciado a própria recuperação da nossa economia.

É um mecanismo complexo de compensações que tem dado relativamente certo e vem permitindo um aquecimento geral da economia. Mas até quando os E U A poderão continuar punhando as exportações dos países endividados com o seu déficit comercial? E se, com um aquecimento maior da economia, os juros voltarem a níveis insustentáveis? E por estas e outras dúvidas que este equilíbrio é frágil e a atual recuperação talvez não seja muito segura. Além disso, não oferece aos países endividados condições de quitar os seus compromissos. As taxas de juros ainda são maiores do que a taxa de expansão das exportações destes países, levando as dívidas a crescer mais do que os eventuais saldos nas balanças comerciais que pudessem pelo menos saldar os serviços dessas dívidas. Mas, mesmo que a situação dessas taxas fosse inversa, teríamos de en-

contrar outra fórmula para amortizar o principal. É impossível a qualquer país, por período prolongado, despendar todo o seu superávit comercial, se o tiver, para honrar compromissos de sua dívida. Há necessidade de divisas para as importações básicas e para novos investimentos prioritários.

É insustentável uma situação como a prevista para o Brasil para os próximos anos, a se manter a sistemática atual, na qual o serviço da dívida absorveria mais do que 60% das divisas obtidas com as nossas exportações. Deveriam ser estabelecidos, de comum acordo com os banqueiros internacionais, limites viáveis de dispêndio de divisas com o pagamento da dívida. Talvez alguns banqueiros ainda acreditem em solução mágica. Isto certamente não existe. Talvez até parte das dívidas do Terceiro Mundo tenha de ser perdoadada, especialmente aquela proveniente da incorporação de serviços não honrados, e na proporção em que as taxas de juros aplicadas tiverem superado uma taxa real

considerada historicamente coerente e justa.

A mentalidade ainda existente entre os banqueiros internacionais, de somente renegociar dívida mediante a elevação das taxas de juros, é de matar a galinha dos ovos de ouro. E, a prevalecer esta orientação, poderão ocorrer moratórias unilaterais e retaliações de parte a parte, com arresto de bens (aviões, cargas de navios, contas bancárias, instalações de empresas) de países devedores no exterior e também com o confisco de subsidiárias de bancos e de empresas multinacionais em território dos próprios países devedores.

Para evitar contratempos e vislumbrar um caminho mais seguro para o futuro, deve haver mais bom senso e colaboração.

O governo americano deve aceitar a co-responsabilidade na solução do problema do endividamento dos países em desenvolvimento, uma vez que é diretamente responsável pelas proporções atuais do mesmo.

Os bancos internacionais

devem conscientizar-se de que precisam admitir uma forma viável para a administração das dívidas.

As subsidiárias das empresas multinacionais nos países em desenvolvimento devem buscar uma forma de transformar pelo menos parte de suas dívidas externas em capital de risco.

Os países desenvolvidos devem aliviar barreiras protecionistas, para que as nações endividadas consigam obter superávits comerciais que lhes permitam pagar as suas dívidas.

E os países devedores devem ajustar as suas economias à velocidade compatível com a estabilidade da sua estrutura econômica e social. E, especificamente no Brasil, deve haver mais criatividade e agressividade no comércio internacional, mais seriedade e austeridade na administração dos recursos e trabalho mais árduo para a geração de riquezas. O Brasil é rico, é viável. Devemos aprender a usar sem abusar.

(*) Diretor da Cia. Industrial H. Carlos Schneider, de Joinville (SC).